

PROPONDO NOVOS PARADIGMAS PARA A COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA NO ÂMBITO DA EMBRAPA¹

A NEW PARADIGM FOR EMBRAPA'S SOCIAL COMMUNICATION

Juliana Lúcia Escobar ²

Resumo: *Discussão sobre a instrumentalização da comunicação no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Parte-se das críticas tradicionalmente elaboradas à noção de comunicação para a transferência de tecnologia. Alinhando-se ao pensamento do cientista político Gilbert Rist, questiona-se a substituição desta noção pela de comunicação para o desenvolvimento considerando-se a acepção consolidada historicamente para o conceito de desenvolvimento ele mesmo. Considerando-se seu caráter de abertura frente à diversidade e à pluralidade inerentes às sociedades contemporâneas, propõe-se a comunicação intercultural como novo paradigma balizador das ações comunicacionais da empresa focadas na relação com a sociedade em geral.*

Palavras-Chave: *Comunicação Mercadológica. Embrapa. Comunicação Intercultural.*

Abstract: *Discussion about the communication as a instrument within the scope of the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa). It starts from the traditionally elaborated criticisms of the notion of communication for the transfer of technology. Aligning with the thinking of the political scientist Gilbert Rist, it propose some questions about the substitution of this notion for the communication for development , considering the historically consolidated meaning for the concept of development itself. Considering its openness to the diversity and plurality inherent in contemporary societies, it presents the intercultural communication as a new paradigm for communicational actions of the company focused on the relationship with society in general.*

Keywords: *Social Communication. Embrapa. Intercultural Communication.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Institucional do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Jornalista, Analista A, da Embrapa Informação Tecnológica (Brasília/DF). Doutora em Sociologia pela Universidade Paris Descartes (Paris V – Sorbonne / França). Mestre em Tecnologias de Comunicação e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). juliana.escobar@embrapa.br

1. Introdução

A proposta deste trabalho é apresentar uma discussão crítica sobre a instrumentalização da comunicação no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O ponto de partida das reflexões apresentadas é o constante questionamento da noção – muito difundida na empresa – de Comunicação para a Transferência de Tecnologia, que, internamente, se constitui, ao lado da Comunicação Organizacional, como outra vertente do campo comunicacional e, como tal, inspira críticas, reflexões e reformulações constantes.

De acordo com a Política de Comunicação da Embrapa, a Transferência de Tecnologia é:

o processo de gerenciamento orientado para a integração entre a atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o mercado. Sua responsabilidade fundamental é a incorporação de conhecimentos e tecnologias ao processo produtivo, o monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados e a retroalimentação do processo de pesquisa e desenvolvimento. (EMBRAPA, 2002, p. 99).

No âmbito da empresa, a Comunicação para TT (nomenclatura já em desuso) integra o escopo da Comunicação Mercadológica que se encarrega das relações da Embrapa com seus públicos de interesse e com os diversos segmentos da sociedade, abarcando, também, as atividades destinadas a apoiar ações e processos de transferência de tecnologia.

A noção de transferência de tecnologia, ela mesma, por sua vez, tem origem em uma linha de pensamento que surgiu nos EUA nos anos 60 segundo a qual os avanços técnico-científicos seriam os motores do progresso econômico de todos os países: o difusionismo. De acordo com um paradigma desenvolvimentista de bases essencialmente econômicas, o difusionismo propunha um modelo linear ofertista de difusão tecnológica como solução a ser adotada por países ditos subdesenvolvidos a fim de atingirem o mesmo patamar daqueles considerados desenvolvidos.

Assim, no âmbito da Embrapa, a Comunicação para TT configurou-se, historicamente, como um mecanismo de apoio a estratégias que visavam objetivos

alinhados ao pensamento desenvolvimentista difusionista. Em termos tanto conceituais quanto pragmáticos, ela surge, então, num contexto de Comunicação Organizacional fortemente influenciado pela acepção econômica do termo desenvolvimento. Nota-se a persistência dessa influência na medida em que, como resultado dos esforços para superar a Comunicação para TT, mais recentemente, no âmbito interno da empresa, começou-se a propor a adoção do termo Comunicação para o Desenvolvimento.

Ao promover uma crítica à transposição do modelo difusionista de promoção da ciência e da tecnologia para o campo da comunicação, os estudiosos que propõem a Comunicação para o Desenvolvimento (alinhados ao pensamento de Juan E. Díaz Bordenave) falam em aliar teoria e prática de modo que, mesmo instrumentalizada, a prática comunicacional não perca seu caráter dialógico e conversacional original.

Inegavelmente associada aos princípios da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, essa vertente surge, por sua vez, num contexto em que se busca a humanização do desenvolvimento a partir do esforço de integrar aspectos sociais e humanos ao conceito que, até então, era balizado exclusivamente por índices econômicos e de mensuração de avanços técnico-científicos.

Num contexto institucional, é impossível escaparmos do caráter instrumental da comunicação – e isso não seria nem mesmo desejável pois, falar em pragmatismo quando se trata de Comunicação Organizacional é totalmente legítimo. Mas, na medida em que se busca intensificar o aspecto dialógico próprio à natureza da comunicação como ato antropológico-social, acreditamos que a formulação ‘comunicação para’ deveria ser revista.

O que propomos é pensar essa vertente da Comunicação Mercadológica no âmbito da Embrapa a partir de outra perspectiva: não mais voltada para um processo ou associada a um modelo econômico – como é o caso tanto da Comunicação para TT quanto da Comunicação para o Desenvolvimento – mas, sim, focada na alteridade: na relação com a **diferença**, com a **diversidade** e com a **pluralidade**, atributos que, negavelmente caracterizam as sociedades

contemporâneas. Assim, como mudança de paradigma, o que propomos é uma abordagem a partir dos princípios da **Comunicação Intercultural**.

O caráter de política pública institucional da Comunicação Mercadológica da Embrapa evidencia-se na medida em que sua vinculação prioritária é com clientes e usuários de produtos e serviços desenvolvidos e colocados à disposição da sociedade pela empresa (Cf. EMBRAPA, 2002, p. 47). E esses são, não apenas os produtores rurais e outros agentes envolvidos nas cadeias produtivas do setor agropecuário, mas, em última instância, a população em geral pelo fato de ser a consumidora final de produtos alimentícios e outros que se constituem como objetos das pesquisas a que a Embrapa se dedica.

2. A gênese do paradigma da comunicação para a transferência de tecnologia: o difusionismo como modelo

De acordo com a definição sintética do especialista em comunicação rural na América Latina, Juan E. Díaz Bordenave, a comunicação ocorre numa situação real, situada no espaço e no tempo, colocando em relação interlocutores que compartilham mensagens utilizando, para isso, signos e canais (1988). O primeiro elemento desta definição é o fato de a comunicação estar delimitada pelo contexto espaço-temporal em que as ações comunicativas se desenrolam.

Assim, quando falamos da comunicação para apoiar a transferência de tecnologia, temos em mente contextos bem específicos, onde a comunicação tem a função de ajudar uma pessoa ou um grupo no processo de adoção de tecnologias.

A maneira como esse tipo de processo deveria ser conduzido no âmbito da Embrapa seguiu os moldes de um modelo externo que foi incorporado pela instituição no momento mesmo de sua criação, em 1973: o modelo linear-ofertista que, baseado nas ideias de Vannevar Bush, surgiu nos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial.

Diretor do departamento de pesquisa científica e desenvolvimento do governo norte-americano, Bush publicou, em 1945, o relatório ***Science, the Endless***

Frontier³ no qual expõe suas ideias sobre o progresso e como promovê-lo. De acordo com a visão positivista da ciência por ele adotada, o progresso é sinônimo de desenvolvimento científico e este seria promovido por pesquisas que levariam à criação de tecnologias que, ao serem adotadas, impulsionariam tanto o desenvolvimento econômico quanto o avanço social dos países. Segundo esta visão, avanço técnico e avanço social seriam indissociáveis. Como explica Viotti (2008, p. 142) "Essa compreensão do processo de mudança técnica inspirou a implementação de uma política voltada para a geração de uma oferta de conhecimentos científicos e tecnológicos, por isso chamada de política ofertista de C&T [...]".

A Embrapa foi criada sob a égide do Regime Militar que, durante as duas décadas de governo ditatorial no Brasil, adotou essa concepção desenvolvimentista e tecnicista de progresso fruto das ideias de Bush. O Regime incorporou seus princípios às estratégias de crescimento econômico e social adotadas para o país.

No campo da pesquisa agropecuária, a implementação desses princípios se deu pela criação do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, formado por centros de pesquisa especializados e descentralizados e, também, por escritórios regionais e locais de organizações estaduais de extensão rural. Nesse sistema, público e, portanto, gerenciado pelo Estado, a pesquisa ficaria a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a coordenação das ações de transferência de tecnologia caberia à Empresa brasileira de extensão rural (Embraer).⁴

Vemos assim como a noção de TT no âmbito da Embrapa guarda uma relação umbilical com a própria criação da empresa e com a concepção de

³ Documento original em inglês, disponível em <http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>

⁴ Durante o governo de Fernando Collor de Melo (1989-1992) em meio a uma política econômica liberal que promoveu privatizações e desestatizações, a Embraer foi extinta. Já o Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, em 1992, passou a chamar-se Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Atualmente, ele é constituído pela Embrapa, pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - Oepas, por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, além de outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária.

progresso que inspirou sua constituição. Para os dirigentes da época, o patamar de progresso em que se encontravam os países ditos “desenvolvidos” só poderia ser atingido pelo Brasil se avanços tecnológicos, principalmente no campo agropecuário, fossem impulsionados – como postulavam as ideias defendidas por Vannevar Bush.

O difusionismo foi então adotado como metodologia de trabalho junto aos agricultores interessados em adotar tecnologias concebidas a partir da pesquisa científica, sendo apropriado, também, como modelo para as ações de comunicação. Segundo esse modelo, o conhecimento científico (do qual os pesquisadores são os detentores) é “entregue” aos produtores rurais (supostamente, desprovidos de qualquer conhecimento) em forma de soluções prontas e acabadas, os chamados pacotes tecnológicos.

Para alcançar o aumento de produtividade agrícola desejado, a pesquisa agropecuária e a extensão rural adotavam a seguinte metodologia: a partir da compreensão dos problemas enfrentados pelos produtores, a pesquisa gerava pacotes tecnológicos para diferentes culturas nos seus centros ou estações experimentais e repassava para a assistência técnica ou extensão rural, que iria estimular, por meio de processos de comunicação unidirecional, a adoção pelos produtores. A utilização da comunicação como estratégia de difusão tecnológica e de inovações na agricultura tinha como filosofia o modelo difusionista (BELTRAO, 2010, p. 98).

Bordenave descreve, objetivamente, como o paradigma difusionista foi incorporado pelos profissionais da comunicação: “Simplificávamos *as mensagens oriundas dos técnicos, colocávamos essas mensagens em um formato persuasivo e as bombardeávamos ao público*” (BORDENAVE, 2012, p.19).

Ao criticarem esse modelo linear-ofertista de transferência de tecnologia Dagino e Thomas, que estudaram os modelos de políticas governamentais adotadas pelos governos da América-Latina, destacam o fato de ele ter sido criado “para a sociedade” e não “com a sociedade” numa lógica unilateral e excludente. Segundo essa lógica, há alguns poucos capazes de produzir conhecimento e gerar tecnologias (os pesquisadores), aqueles que devem se encarregar de transferi-las (os técnicos e extensionistas rurais) e aqueles outros que devem simplesmente adotar as soluções que lhes são “entregues”. Não, há portanto, qualquer interação crítica entre esses atores que possa assegurar a relevância do processo ou de seus produtos e impactos:

Os processos de 'transferência' de objetos aparecem como operações simples, automáticas, sem dar espaço para a subjetividade e os interesses dos atores intervenientes. Tendem a gerar, em particular, uma sensação de identidade permanente e universal do objeto transferido (DAGINO E THOMAS, 2001, p. 207).

A expressão transferência de tecnologia é ainda corrente na Embrapa sendo o foco de atuação de estruturas gerenciais situadas em diferentes níveis hierárquicos da empresa: no mais elevado, temos a diretoria-executiva de Transferência de Tecnologia (sendo que há duas outras, a de Pesquisa e Desenvolvimento e a de Administração e Finanças). No segundo nível, há o Departamento de Transferência de Tecnologia, uma Unidade Central que, como as demais 16, é encarregada de definir estratégias e traçar diretrizes gerais para a instituição. E, por fim, na estrutura de cada centro de pesquisa, as denominadas Unidades Descentralizadas, entre as três chefias adjuntas do chefe local, há uma dedicada à TT.

Diante das críticas elaboradas interna e externamente à concepção difusionista de TT, historicamente adotada pela empresa, certas iniciativas empreendidas nos últimos anos se esforçam por encontrar alternativas ao modelo linear-ofertista e ao paradigma que o sustenta, reconhecidamente ultrapassados. Num processo de retroalimentação entre o aspecto pragmático e a reflexão conceitual, essa busca de alternativas influenciou e foi influenciada por estudos mais recentes sobre a comunicação para TT.

3. Da comunicação para a transferência de tecnologia à comunicação para o desenvolvimento

Estudiosos da comunicação rural na América-Latina, recentemente, voltaram sua atenção e parte de sua produção para a comunicação para o desenvolvimento, seguindo o que poderíamos considerar como uma linha de pensamento surgida nos anos 60 e 70 do século passado.

Naquele momento, Luis Ramirez Beltran e Juan Díaz Bordenave, estiveram entre os primeiros autores da área de ciências humanas e sociais que, buscando colocar em perspectiva a realidade diversa do continente latino-americano, e focados na comunicação rural, adotaram uma posição crítica face às teorias importadas dos EUA.

A noção de comunicação para o desenvolvimento como substituta, em termos conceituais e pragmáticos, da comunicação para a transferência de tecnologia está presente nos últimos escritos de Bordenave, publicados por volta de 2010. Gustave Cimadevilla (2012) retoma a trajetória dessa linha de pensamento para explicar como a comunicação para o desenvolvimento surgiu.

Identificando as questões sobre as quais os teóricos da comunicação latino-americanos se debruçaram, assim como as influências que sofriram, o autor fez uma historiografia da noção de comunicação para o desenvolvimento. Mais do que datas, Cimadevilla adota as ideias dominantes no contexto geopolítico mundial como fio condutor e ponto de transição entre um momento e outro, somando cinco períodos consecutivos.

Assim, seu ponto de partida é o período pós-guerra onde o contexto geopolítico é marcado pela clivagem entre os blocos capitalista e socialista. O segundo momento é caracterizado por movimentos sociais e políticos de grande amplitude, tais como a luta pelos direitos civis nos EUA, a Revolução Cubana na América Latina e o Maio de 68 na França. Em seguida, temos um cenário de prevalência do pensamento econômico liberal ao qual se segue um quarto momento, onde assistimos ao fenômeno da globalização. Cimadevilla termina sua revisão historiográfica no momento em que assistimos a um acelerado processo de digitalização das tecnologias de comunicação e de informação, na primeira década do século XXI.

Considerando essa historiografia, apresentamos, a seguir, algumas reflexões no sentido de evidenciar o quanto a comunicação para o desenvolvimento segue atrelada ao mesmo paradigma da comunicação para a transferência de tecnologia. Nossa hipótese é de que o progressismo dogmático de base desenvolvimentista e

tecnicista que esteve na origem do difusionismo norte-americano não teria sido ainda suplantado ao se falar em comunicação para o desenvolvimento.

No primeiro momento, onde o estudioso argentino situa o ponto inicial da historiografia da noção de comunicação para o desenvolvimento que traça, estamos nos anos 1950, quando, logo após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se encontra dividido em dois blocos: um, capitalista, sob a influência dos EUA, o outro, socialista, alinhado à URSS.

Como destaca o cientista político belga, Gilbert Rist, na obra em que discute as origens e a evolução da acepção atribuída ao termo desenvolvimento (RIST, 2013), é neste momento que o termo “subdesenvolvido” surge, no tópico IV do Discurso sobre o Estado pronunciado pelo presidente Harry S. Truman, em janeiro de 1949:

*Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people.*⁵

As ideias presentes nesse trecho do discurso, segundo as quais o conhecimento técnico-científico forneceria os meios necessários para promover a melhoria das condições de vida das populações pobres foram inspiradas na obra “*The stages of economic growth*”, de Walt W. Rostow.

Os países latino-americanos, em quase sua totalidade, se alinharam ao bloco capitalista estando, conseqüentemente, sob a influência do paradigma difusionista que, com o discurso do presidente Truman ganhou visibilidade fora dos círculos científicos e econômicos em que tinha sido gestado, inserindo-se na esfera pública com ares de política de Estado.

Esse paradigma é tributário de uma visão funcionalista da modernização que, propalada pelos EUA, preconizava a necessidade de alavancar a condição dos países (a partir de então) denominados “subdesenvolvidos” ao mesmo patamar de

⁵ Disponível online em: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm

modernização em que se encontravam os países considerados “desenvolvidos”. O processo de modernização era entendido como a transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas por meio de um avanço linear, por etapas sucessivas a serem seguidas, passo-a-passo, de modo que elas atingissem o mesmo nível de industrialização e de tenicidade em que os países capitalistas desenvolvidos já se encontravam. Uma das etapas a ser cumprida no sentido de promover a modernização dos países subdesenvolvidos incluía um amplo processo de difusão dos conhecimentos técnico-científico.

Além de Gustavo Cimatevilla, Sandra Massoni está entre os autores adeptos da comunicação para o desenvolvimento como sucessora da abordagem estipulada pela comunicação para a transferência de tecnologia. Tendo uma ligação inégavel com os princípios de sustentabilidade ambiental, no contexto comunicacional, o termo desenvolvimento é adotado em seu viés humanista, ou seja, quando os avanços tecnológicos promovidos são avaliados para além de estatísticas e índices econômicos, levando-se em consideração seus impactos humanos e sociais, como explicitado por Bordenave:

[...] queremos pensar no desenvolvimento como algo mais amplo. [...] a finalidade do desenvolvimento é a felicidade do homem, da mulher, da criança de carne e osso, e não o PIB, as exportações, a tecnologia e as máquinas. [...] Estamos defendendo em nosso país uma abordagem humanista e sustentável. Se antes pensávamos no desenvolvimento sobretudo em termos de produtividade que se pode conseguir com inovação tecnológica, hoje necessitamos pensar no "bem viver" (BORDENAVE, 2012, p. 13)

O “bem viver” pressupõe, assim, uma visão metaeconômica dos impactos causados pelos avanços tecnológicos na medida em que considera aspectos da vida das pessoas que não podem ser mensurados em termos numéricos. Em seguida, no mesmo texto, o autor afirma que o verdadeiro profissional da comunicação para o desenvolvimento deve ter um conhecimento profundo sobre elementos que influenciam as mudanças culturais e de mentalidade do público com o qual trabalha, considerando que esse profissional é alguém que se preocupa sinceramente com as condições de vida dessas pessoas. Segundo seu ponto de vista, por convencer

uma comunidade a se engajar em uma ação, seja ela qual for, é preciso um vasto conhecimento sobre sua realidade antropológica, social, econômica e linguística.

Para Sandra Massoni, num contexto em que a comunicação estratégica se apresenta como um processo dialógico de mudança social, a comunicação para o desenvolvimento seria

[...] un modelo comunicacional de abordaje transdisciplinario denominado de comunicación estratégica cuyo objetivo central es la idea de acción concertada para el desarrollo sostenible, entendido como cambio social conversacional. Este modelo facilita la incorporación de la comunicación a los programas de desarrollo como espacio estratégico de intervención en las dinámicas socioculturales. (MASSONI, 2008)⁶

Para a autora, em um mundo fluido, onde não existe um narrador central, nem emissores bem definidos como fontes de informação ou conteúdos inequívocos, o que temos são trocas permanentes num processo em que todos somos atores múltiplos. A única construção de sentido possível é aquela feita de maneira compartilhada, aberta e permanente. E para refletir sobre um tal cenário tivemos que conceber novas categorias e uma outra definição de comunicação, assim como novas definições para o profissional de comunicação e para o desenvolvimento.

Alinhada ao pensamento de Edgar Morin e de sua teoria da complexidade, Massoni reconhece o caráter multidimensional dos fenômenos e a possibilidade de não enxergá-los como verdades únicas e incontestáveis. Assim, para a autora :

[...] o comunicador mais do que informar, deve criar um consenso, para isso é necessário colocar-se no lugar do outro e escutar "o outro como um outro" e não como "um outro para". É um comunicador que precisa saber trabalhar com mediações, projetar estratégias, fugindo da ideia de um componente ao final de uma linha de montagem, como é a visão do comunicador para transferência. (MASSONI, 2012, p.32)

Ou seja, o profissional da comunicação deve ser alguém capaz de trabalhar eficazmente com a alteridade, sem instrumentalizar o outro, estabelecendo, com ele,

⁶ Acessado online em 28/11/2013: http://www.tendencias21.net/fluido/Comunicacion-y-desarrollo-Encuentros-en-la-diversidad_a3.html

uma verdadeira relação dialógica em que prevalecem dinâmicas de intercâmbio de saberes em vez daquelas baseadas em imposições feitas por uma das partes.

Nas ideias que balizam a comunicação para o desenvolvimento percebemos uma visão totalmente diferente daquela preconizada pelo difusionismo. No entanto, assim como a comunicação para a transferência de tecnologia é indissociável da concepção de transferência de tecnologia, ela mesma, também a comunicação para o desenvolvimento mantém uma ligação essencial com a concepção de desenvolvimento.

Nesse sentido, nos alinhamos à postura de Gilbert Rist no sentido de questionar a aceção de desenvolvimento que, ao longo de séculos, foi sendo cristalizada pelo pensamento social Ocidental e, como outros conceitos, foi alçado ao patamar de valor universal.

4. O desenvolvimento como uma construção do pensamento Ocidental

Transformado em sinônimo de progresso (primeiro econômico, depois social) o desenvolvimento deixou de ser visto como um processo para tornar-se um fim em si mesmo, e um fim nobre. A ideia do desenvolvimento como algo obrigatoriamente bom e promotor de melhorias e por isso desejável, está de tal forma arraigada no pensamento social contemporâneo que se tornou impensável contestá-lo ou se opor a ele.

O universal não passa de uma verdade local que foi adotada como verdade absoluta válida em qualquer parte e, assim, aplicável por todos. E quando uma narrativa se apresenta como a única resposta para todos os problemas de toda e qualquer sociedade, estamos diante de um dogma: a crença numa verdade absoluta.

A teoria da modernização de Rostow, inspiração para o difusionismo norte-americano, pode ser vista como um exemplo na medida em que deu origem a uma espécie de progressismo dogmático segundo o qual o avanço técnico-científico seria

a resposta para resolver todos os problemas, assim como as mazelas e dificuldades enfrentadas pelos países “subdesenvolvidos”.

Rist coloca em evidência em sua obra *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale* (2013) como o desenvolvimento como sinônimo de progresso e felicidade foi uma ideia forjada pelo Ocidente que acabou sendo encampada por organismos internacionais ao longo do século XX. Para o autor, o fato de o desenvolvimento ter chegado ao século XXI como uma espécie de desejo universal de todos os povos sobre a terra não passa de uma construção do pensamento social ocidental.

Ao longo de sua obra, Rist demonstra como o sentido atribuído pelo senso comum ao desenvolvimento – mudanças que se operam num processo sucessivo e evolutivo que parte de estágios primitivos para outros, mais complexos, considerado portanto, melhores – foi incorporado como algo tão positivo e desejável que ninguém deveria se opor a ele. Para o autor, essa ideia de desenvolvimento ganhou mentes e espíritos no mundo todo graças à ação de organismos internacionais que se multiplicaram no século XX, especialmente nos períodos que sucederam o final das duas grandes guerras.

Inicialmente, transposta do campo da biologia para o das ciências sociais, o termo desenvolvimento sofreu ajustes de modo a incorporar como verdade incontestável a suposição de que a marcha da Humanidade seria, obrigatoriamente, uma caminhada naturalmente linear e progressiva para uma situação futura melhor. Por razões, as mais diversas, através de mecanismos impossíveis de serem desvelados, pouco a pouco, essa ideia foi se consolidando de modo que desenvolvimento e progresso se tornaram a mesma coisa.

Traçando a trajetória epistemológica do termo, Rist tenta explicitar como cada um dos elementos constitutivos dessa visão incontestavelmente positiva que temos hoje do desenvolvimento foi, em momentos passados, uma tendência em meio a outras ideias que nasceram e circularam em diferentes épocas da História do pensamento Ocidental (na Antiguidade, na Idade Média, na Modernidade).

Assim, da Antiguidade, incorporou-se, de uma parte, a visão aristotélica do desenvolvimento como sinônimo de natureza (abandonando-se sua teoria dos ciclos e do retorno do mesmo) e, de outra parte, o pressuposto de Santo Agostinho segundo o qual a História Humana seguiria uma trajetória linear. O autor de *Cidade de Deus* concebeu uma filosofia da salvação, baseada na concepção divina do mundo que, por seguir os desígnios do plano de Deus, seria inevitável. Trata-se de uma teoria finalística da História : em vez de ciclos sucessivos que se abrem, se desenvolvem e se encerram, a História Humana seria um único grande ciclo que termina com a salvação eterna.

A narrativa em torno da ideia de progresso segundo a qual a humanidade sairia do obscurantismo primitivo e marcharia em direção a um futuro de luzes, foi o elemento incorporado do período Iluminista, quando, no início da Era Moderna, pensadores como Descartes, Pascal e Bacon ajudaram a construir os postulados de uma cosmologia regida pela razão e não mais por crenças espirituais ou pelo misticismo religioso.

Nasce então o pensamento racional sobre o qual os economistas do século XIX, como Adam Smith, vão construir suas teorias. Também baseadas na suposta linearidade do processo histórico, essas teorias teriam como premissa a ideia de que as sociedades humanas são, inelutavelmente, impulsionadas a adotarem melhores condições de vida.

Cabe lembrar que no final do século XIX, testemunhamos a prevalência do Positivismo, sistema filosófico criado por Auguste Comte (1798-1857) que, tendo como bases a razão e a organização dos saberes, preconiza a ciência e a técnica como propulsoras da ampliação do conhecimento e do progresso constante da humanidade. Consolida-se, então, a vinculação entre racionalismo e desenvolvimento.

Um dos últimos elementos incorporados à aceção do desenvolvimento como algo inegavelmente positivo e universalmente desejável seria fruto da influência do evolucionismo social. Supostamente inspirado pela Teoria da Evolução de Charles

Darwin, segundo Rist, o evolucionismo social teria surgido antes. Pois, como lembra, a teoria da evolução postula a sobrevivência dos indivíduos e das espécies mais aptas e melhor adaptadas ao ambiente natural, e não necessariamente dos mais fortes. Mas, a compreensão sociológica da evolução preconiza que alguns povos seriam mais “evoluídos” por terem superado uma condição de vida tida como “primitiva” para se tornarem povos “civilizados”. Vemos, então, que o termo desenvolvimento é associado ao nível de complexidade das sociedades.

Seria ao final desse longo, complexo e involuntários processo de cristalização de um conceito que teríamos, nos dias de hoje, a aceção consolidada para o desenvolvimento segundo a qual a transformação de sociedades primitivas em sociedades modernas seria fruto de um processo completamente natural de bases racionais e evolutivas.

Mas, o que Rist tenta explicitar é o fato de que essa concepção na realidade foi construída a partir da incorporação de características inerentes às sociedades ocidentais que, como parte de seu ímpeto conquistador, imperialista e de pretensões universalizantes, as posiciona no topo de uma escala de valores balizada pelos princípios da sua própria cultura tomada, assim, como modelo a ser seguido.

E para o autor, esse processo teria se desenrolado seguindo a mesma lógica que permeia a constituição de uma crença religiosa: o caráter dogmático, próprio à fé cega de base espiritual, pode ser identificado no desejo de moldar todas as demais sociedades humanas aos valores próprios uma cultura específica.

Nas primeiras décadas do século XX, as nações ocidentais buscavam justificar a nova onda colonizadora empreendida pelas grande potências europeias. A concepção da História como uma trajetória única, linear, em direção a um modo de vida dito “civilizado” atendia a essa necessidade. Em todas as partes do mundo, os modos de vida coletivos vistos como “primitivos” deveriam ser refutados em nome do modo de vida moderno. Nesse ponto, a noção de progresso entra em choque direto com a configuração das sociedades tradicionais.

Nesse momento, em nível discursivo, a colonização pôde deixar de ser vista apenas pelo viés da dominação cultural e da exploração econômica, apresentando-se como uma espécie de “missão” civilizatória, da mesma maneira que evangelizar povos pagões era a missão da qual se imbuíram as primeiras potências europeias colonizadoras nos séculos XVI e XVII. Se antes as luzes eram representadas pela palavra do deus da Igreja Católica, trazida pelo colonizador, agora, as sociedades primitivas seriam esclarecidas pela razão técnica e o saber científico. No primeiro caso, a promessa feita pelo discurso religioso era ter, como recompensa pela conversão ao caminho “certo”, o paraíso entendido como a salvação eterna após a morte. No segundo caso, a recompensa é o progresso que, como vimos, tornou-se sinônimo de melhores condições de vida proporcionadas pela transformação de sociedades primitivas em sociedades modernas por meio do desenvolvimento econômico e dos avanços técnico-científicos.

Dessa forma, revestiu-se com um véu de nobreza o processo de dominação de sociedades inteiras que, em alguns casos, causou a destruição de tradições, de culturas e de modos de vida verdadeiramente complexos. Civilizado/primitivo é, na verdade, mais uma entre tantas dicotomias consolidadas durante a Modernidade e que seguem a lógica dualista, polarizadora, simplista e excludente em que um termo é tido como o contrário do outro, onde um é valorizado como positivo, enquanto o outro é incontestavelmente rechaçado.

A idealização do desenvolvimento serviu, assim, à lógica imperialista ocidental uma vez que, como destaca Edgar Morin estaríamos lidando com seres julgados ainda não maduros racionalmente. E, ao longo do tempo, os colonizados, por razões as mais diversas, acabaram por adotar o modelo racionalista civilizado imposto pelo colonizador (Cf. MORIN, 1990, p. 150).

Civilização/barbárie. Progresso/estagnação. Urbano/rural.
Cidade/campo. Moderno/tradicional. Todas essas dicotomias são tributárias de um mesmo pensamento eurocentrista segundo o qual às sociedades civilizadas opõem-se as sociedades primitivas. As primeiras seriam aquelas situadas em centros

urbanos, baseadas num sistema de produção e de consumo incessante de bens e de mercadorias, em que as relações se estabelecem, principalmente, por meio da troca de produtos numa economia monetarizada, sendo guiadas pelo conhecimento técnico-científico. As segundas, no pólo oposto, seriam aquelas que se encontram em áreas não urbanizadas, cujos sistemas de produção não incorporaram a noção de excesso atrelado ao consumo exacerbado de bens de segunda necessidade; em que as relações de troca podem lançar mão de meios, os mais diversos, sem necessariamente incorporar o ideia de moeda; cuja organização baseia-se, algumas vezes, em explicações cosmológicas de base espiritual, lançando mão de pouca tecnicidade e sendo incapazes de produzir saberes de bases científicas.

Em resumo, as sociedades ocidentais se opuseram às demais sociedades, evidenciando, no nível interpretativo, uma oposição axiológica entre a ideia que fazemos de uma sociedade moderna e de uma sociedade tradicional. Oposição esta que foi incorporada à acepção de desenvolvimento que chegou aos nossos dias.

A política favorável à colonização e a justificativa de seu caráter de missão civilizatória, apoiada pelas Organização das Nações Unidas (ONU), forneceram as bases para a formulação do discurso em torno do desenvolvimento tal qual ele se apresentou ao longo das décadas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, num processo que se acentuou depois da Segunda Grande Guerra.

E quando, na realidade, a felicidade que supostamente chegaria junto com os avanços técnico-científicos não se concretizou em algumas partes do mundo, buscou-se dar uma nova roupagem para o desenvolvimento.

Se os sucessivos crescimentos do Produto Interno Bruto (PIB), índice criado para medir o grau de desenvolvimento das nações, não levaram à superação das mazelas impostas pela condição de atraso técnico-científico em que os países subdesenvolvidos se encontravam, a explicação deveria estar em outra parte. Assim, num esforço de incluir aspectos sociais na equação, criou-se um novo indicador: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma tentativa de traduzir, em

termos numéricos, a qualidade de vida das pessoas⁷. É quando, nas palavras de Gilbert Rist, vemos nascer a concepção do desenvolvimento com uma face humana.

E é partindo da abordagem crítica da acepção do termo desenvolvimento proposta por este autor que propomos o abandono do paradigma progressista de base tecnicista que prevalece, ainda hoje, quando se fala em comunicação para o desenvolvimento. Pois mesmo se esta é colocada como alternativa supostamente mais dialógica do que a comunicação para a transferência de tecnologia, consideramos que ele segue aprisionada na mesma lógica impositiva pois, ao abarcar o termo desenvolvimento, acaba por incorporar uma visão ainda unificante e unificadora que apresenta, ainda, um modelo único e válido universalmente e que deveria, portanto, ser adotado incontestavelmente.

Gostaríamos então de inserir no debate conceitual e pragmático sobre a Comunicação Mercadológica no âmbito da Embrapa a perspectiva da comunicação intercultural entendida como prática comunicacional estabelecida entre atores sociais pertencentes a matrizes sócio-culturais distintas nos mais diferentes níveis. A comunicação intercultural pressupõe, da parte de cada ator, uma postura ao mesmo tempo consciente da existência de tais diferenças e respeitosa frente a elas.

5. Considerações finais

⁷ A introdução da noção de desenvolvimento humano e de indicadores capazes de mensurá-lo, como o IDH em escala internacional, foi resultado da influência, no seio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) das ideias do economista indiano, Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998. A partir de suas primeiras reflexões em torno da ideia de escolha social, Sen desenvolveu a noção de 'capacidades' para se referir às limitações e às potencialidades ligadas à liberdade de escolha das pessoas. O desenvolvimento teria, então, como finalidade reforçar a capacidade dos agentes públicos de ampliar o leque de possibilidades no sentido de ampliar a liberdade de escolha das pessoas.

Para falar de comunicação intercultural e, mais ainda, para adotá-la em termos pragmáticos, seria preciso recuperar a capacidade de lidar com as diferenças. Mas como fazer o jogo da diferença de maneira pensada, planejada? A questão se coloca no momento em que nossas reflexões se situam no cruzamento entre os princípios da comunicação intercultural e da comunicação organizacional.

As ideias apresentadas neste artigo integram um trabalho de escopo maior, uma tese de doutorado em sociologia em que nos debruçamos sobre as relações estabelecidas pela Embrapa em países africanos de língua francesa e portuguesa onde a empresa desenvolve atividades de cooperação técnica, ou seja, onde coloca em prática ações de transferência de tecnologia. Essa foi a situação real que inspirou nosso alinhamento às críticas do modelo da comunicação para TT, nos levando, em seguida, aos questionamentos tanto sobre a comunicação para o desenvolvimento quanto sobre o sentido deste termo em si mesmo.

Tendo como objeto de estudo da nossa pesquisa de doutorado a atuação da Embrapa em outros países, a ligação com o domínio da comunicação internacional tornou-se evidente. E como o trabalho foi desenvolvido na área de sociologia, a abordagem pelo viés cultural nos pareceu pertinente quando passamos a considerar a possibilidade de adotar as bases de um novo paradigma ao refletirmos sobre as práticas comunicacionais da empresa.

Nossas proposições consideram, como dito anteriormente, o escopo da Comunicação Mercadológica no âmbito da empresa, aquele em que a atuação dos profissionais se dá por meio de ações de apoio às atividades de pesquisa. Se a Comunicação Organizacional se ocupa da construção e da divulgação da imagem institucional da Embrapa, a Comunicação Mercadológica diz respeito aos canais de relação da empresa com a sociedade. E é nesse âmbito que gostaríamos de propor a inserção de princípios próprios à comunicação intercultural.

Segundo a definição de Gaby Hsab et Gina Stoiciu, “O intercultural designa geralmente um encontro, uma relação de copresença cultural entre indivíduos ou

grupos, atores da comunicação” e, dessa forma, “a comunicação intercultural se refere, principalmente, aos fenômenos de comunicação que se desenrolam em situações de pluralismo étnico e cultural”⁸ (HSAB e STOICIU, 2011, p.10)

Os autores lembram alguns termos que integram o domínio da comunicação intercultural tais como imigração, integração, identidade, etnicidade, interação e aculturação. Mencionam ainda três grandes eixos temáticos em torno dos quais se estruturam os principais questionamentos nesta sub-área. O primeiro é a imigração, o segundo é a problemática do encontro com o outro e o terceiro é o que tange os pertencimentos identitários. Nosso trabalho se situa nos eixos temáticos que tratam das questões sobre o pertencimento identitário e do encontro com o outro.

Por isso, propomos que as discussões quanto à Comunicação Mercadológica da Embrapa passem a incorporar os conceitos de interação (entendida como ação recíproca numa dinâmica que envolve trocas mútuas entre atores envolvidos num processo comunicacional) e aculturação (mecanismo de assimilação de novas ideias no seio de uma estrutura cognitiva já existente).

A comunicação intercultural pressupõe o envolvimento de atores que possuem matrizes culturais distintas, pertencentes, muitas vezes, a grupos étnicos diversos. Assim, suas bases podem ser pertinentes quando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária desenvolve atividades junto a comunidades de formação sócio-cultural não urbana, tais como quilombolas e indígenas, ou mesmo populações sertanejas e ribeirinhas. Além, é claro, das situações em que trabalha em outros países, em relação com outras nacionalidades e grupos étnicos.

A postura intercultural é aquela que não ignora as relações de poder presentes no seio das relações sociais e interpessoais buscando estratégias apropriadas para encarar a realidade complexa dessas relações, assumindo e

⁸ Traduzido pela autora do original em francês : “*L’interculturel désigne souvent une rencontre, une relation de coprésence culturelle entre individus ou groupes, acteurs de la communication*”¹ et, par là, « *la communication interculturelle réfère principalement aux phénomènes de communication en situation de pluralisme ethnique et culturel*”.

enfrentando a complexidade como parte integrante do processo relacional. Os esforços são feitos no sentido de promover relações dialógicas igualitárias entre pessoas e grupos pertencentes a universos culturais distintos.

Nesse sentido, a postura intercultural vai ao encontro das críticas elaboradas por Gilbert Rist quando o autor questiona a noção de desenvolvimento desvelando sua construção nos mesmos moldes de uma crença religiosa que nos teria sido imposta pela cultura, os valores e a cosmologia próprios ao mundo Ocidental e ao seu ímpeto univesalizante.

A abordagem intercultural tem, como ponto de partida, o fato de a globalização poder ser entendida como um movimento de expansão mundial da lógica progressista e desenvolvimentista tipicamente Moderna e Ocidental que postula uma só cultura, um único modo de vida e um mesmo modelo político econômico e social a ser adotado, indistintamente, por toda coletividade humano ao redor do globo.

Tanto a abordagem intercultural, quanto a visão crítica sobre o desenvolvimento elaborado por Rist oferecem uma perspectiva que nega a ideia segundo a qual a trajetória da humanidade é, incontestavelmente, uma marcha linear e sucessiva constituída de avanços progressivos. Contrariamente, a visão anti-desenvolvimentista de Rist, assim como os princípios da comunicação intercultural postulam que a História Humana é uma trajetória feita de múltiplos caminhos nos quais se entrecruzam valores, tradições e culturas, as mais diversas, sem que seja necessário enquadrá-los numa escala de valores.

Essa potencialidade expressa pela multiplicidade de vias possíveis a serem seguidas pelas distintas coletividades humanas sempre existiu em épocas passadas e deveria ser reconsiderada quando pensamos em como queremos continuar caminhando como Humanidade.

Como a comunicação intercultural toma como base essa postura, aberta à diversidade e à alteridade que são atributos naturalmente constitutivos da vida em

sociedade, acreditamos que ela possa fornecer as bases de um novo paradigma, tanto em termos conceituais como pragmáticos, para a Comunicação Mercadológica no âmbito da Embrapa.

Referências

BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília : 2010. p. 98.

BEND, Pauline. **Repenser le concept de développement : des impasses d'un processus de standardisation des sociétés à l'émergence d'un sens historique et culturel.** Afrique et développement, Vol. XXXII, No. 3, 2007, pp. 72–107.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação?** Rio de Janeiro : Editora Brasiliense, 1988.

_____. Os novos desafios da comunicação para o desenvolvimento. in : COSENZA, Barbara. HEBERLË, Antonio. SOARES, Felipe B. (Org.) Comunicação para o desenvolvimento. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 10-27.

CIMADEVILLA, Gustavo. **Breve histórico da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento.** in : COSENZA, Barbara. HEBERLË, Antonio. SOARES, Felipe B. (Org.) Comunicação para o desenvolvimento. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 43-54.

DAGNINO, Renato ; THOMAS, Hernan. **Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n 23. Junho/2001.

DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico.** Texto publicado no site da Rede de economia global e desenvolvimento sustentável em 28/06/2002. Acessível em <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>> Consultado em 27/04/2017.

EMBRAPA. **Política de Comunicação da Embrapa**. 2ª Edição, revista e ampliada. Coordenação Geral: Heloiza Dias da Silva Coordenação Técnica: Wilson Corrêa da Fonseca Júnior e José Henrique Vilches Nogueira. Consultor Wilson da Costa Bueno. 2002. *Publicação para uso interno*.

EMBRAPA. **Política de Comunicação da Embrapa**. Em revisão. EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). 2011. *Versão para uso interno. Não publicada*.

FORNET-BETANCOUR, Raul. **Teoria y praxis de la filosofia intercultural**. RECERCA – Revista de pensamento e analise. N.10/2010. pp-13-34.

HSAB, Gaby. STOICIU, Gina. **Communication internationale et communication interculturelle : des champs croisés, des frontières ambulantes**. Québec: Presse de l'Université du Québec, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **Après la modernité**. La logique de la domination. La violence totalitaire. La conquête du présent. Paris: CNRS Éditions, 2008.

MASSONI, Sandra. **Comunicación y desarrollo. Encuentros en la diversidad**. In : THORNTON, Ricardo. CIMADEVILLA, Gustavo. (Org.) Grises de la extensión, la comunicación y el desarrollo. Río Cuarto, INTA- UNRC 2008. p. 87-100. On-line em http://www.tendencias21.net/fluido/Comunicacion-y-desarrollo-Encuentros-en-la-diversidad_a3.html

_____. **EnREDando-nos entre as teorias e a comunicação estratégica**. in : COSENZA, Barbara. HEBERLË, Antonio. SOARES, Felipe B. (Org.) Comunicação para o desenvolvimento. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 28-45.

MORIN, Edgar. **Science avec conscience**. Paris : Édition du Seuil, 1990.

RIST, Gilbert. **Le développement. Histoire d'une croyance occidentale**. Paris : Presses de Sciences Po., 2013.

SOUZA SANTOS, Boaventura ; NUNES, J.A. **Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação**. In Anais do Seminário Internacional – Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação. Dialogo entre experiências internacionais e brasileiras. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília: 2008.